

# Ditadura: o que resta da transição\*

de Milton Pinheiro (org.)

## **Classes sociais, lutas e mudanças no estado: de 1964 a 1988**

**Social classes, struggles and changes in the state:  
from 1964 to 1988**

por Edilson Montrose\*\*

As classes sociais, suas lutas e as mudanças no estado durante a vigência da ditadura e da democracia, essa seria a nosso ver a síntese do livro “Ditadura: o que resta da transição”. A obra tem 12 artigos assinados por pesquisadore(a)s vinculado(a)s a universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Goiás. Embora não haja uma ordenação temática, avaliamos ser possível dividir o livro em seções de acordo com o caráter argumentativo dos artigos.

João Quartim de Moraes afirma que para a burguesia, a democracia não é condição indispensável e pode abandonar esta quando avalia que nela seus interesses de classe estão ameaçados. Foi o que ocorreu no Brasil em 1964, quando se optou pela ditadura. Esta, ao contrário do fascismo, não tinha partido mobilizador das massas e o comando do estado estava nas mãos do aparelho militar que centralizou o processo decisório da política estatal. Essa ascensão da burocracia estatal militarizada no comando centralizado de um capitalismo de estado atendeu fundamentalmente os interesses do grande capital monopolista em detrimento da oligarquia rural que era beneficiada pela descentralização estatal. A mudança no campo foi significativa, definhou-se a oligarquia rural e nasceu uma burguesia rural.

---

\* São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\*\* Mestrando em Ciências Sociais pela PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil.  
End. eletrônico: ecienso@gmail.com

O artigo de Adriano Codato avalia dois processos distintos do sistema decisório estatal da política econômica segundo dois “intelectuais de estado”: Reis Velloso no governo Geisel implementou uma centralidade decisória na presidência insulando esta das pressões empresariais, e foi sucedido por Simonsen que descentralizou por alguns meses quando do início do governo Figueiredo.

O texto de Nilson Araújo de Souza caracteriza a economia brasileira de 1964-1988 em quatro fases: até 1974, aprofundamento do padrão dependente de reprodução e superexploração da força de trabalho; governo Geisel, fortalecimento das empresas estatais e crédito para as empresas privadas nacionais; governo Figueiredo, explosão da dívida externa e recessão; governo José Sarney, o plano cruzado I que era desenvolvimentista teve vida curta, nove meses, e seus rebentos sucessores (cruzado II, Bresser, verão), foram planos recessivos. Na vigência destes por sua vez, promulga-se a constituição de 1988 que ao menos no aspecto legal consagrava avanços rumo à autonomia econômica.

Duas análises tratam do fracionamento das classes: as de Anderson Deo e Décio Saes. Para Deo, a chamada autocracia burguesa tem duas características: a partir do processo de internacionalização do capital nos anos 70, a burguesia brasileira passa por mudanças no seu bloco histórico (no sentido gramsciano) em que a fração financeira passa a ser hegemônica nos governos social-democratas (FHC e Lula). Tal hegemonia se dá através de variantes políticas autocráticas, da bonapartista que no caso era a ditadura até a legal-institucionalizada (democracia burguesa). Esta última, o autor qualifica de bonapartismo suave dadas suas características (personalismo, parlamento despolitizador e monopartidarismo competitivo). Criticando as teses de unificação econômica e política das classes dominantes, Décio Saes recupera o aporte teórico do cientista político marxista Nicos Poulantzas elaborado nos anos 60 e 70. Segundo Saes, para Poulantzas as classes dominantes se fracionam segundo três critérios: função no ciclo de reprodução do capital: bancária, industrial e comercial; magnitude do capital: grande e médio; posição quanto à inserção no sistema capitalista internacional: burguesia nacional (anti-imperialista), compradora (ligada ao capital estrangeiro), interna (posição ambivalente ante o capital internacional). Saes avalia que, no Brasil já houvera hegemonia da burguesia compradora e nos governos Lula se tem a hegemonia da burguesia interna. Nesta, há segundo os critérios de fracionamento, a hegemonia do grande (magnitude) capital bancário (função) interno (modo de inserção internacional).

David Maciel e Vanderlei Elias Nery concluem em seus artigos que a transição que se dera no Brasil foi essencialmente dirigida pela burguesia. Maciel demonstra que a “aliança democrática”, campo oposicionista de caráter

liberal e hegemônico no PMDB, fez a negociação do “cesarismo militar” para a chamada “autocracia burguesa”, onde não houve nenhuma tentativa de ruptura do regime. Muito pelo contrário, manteve-se a institucionalidade autocrática na democracia que surgiu. Avaliando as diretas já, Nery avalia que mesmo tendo participação popular, a direção da campanha foi burguesa e, além disso, o autor critica o conceito de cidadania, utilizado por muitos pesquisadores que avaliam as diretas, pelo caráter de classe que ele oculta.

Lincoln Secco, Milton Pinheiro e Anita Leocádia Prestes centram suas análises nos partidos e quadros militantes destes. Para Secco, da transição até hoje, três partidos se sobressaíram: PMDB, PSDB e PT. Esse último ao longo do tempo e em especial ao ocupar o governo federal se transformou: de um partido originalmente de classe para um partido de massas policlassista e não logrou mudar valores na sociedade, ou seja, tem hegemonia eleitoral, mas não intelectual. Sobre o PCB, Milton Pinheiro avalia que, desde a declaração de março de 1958 e nos fóruns congressuais seguintes, o PCB se utilizou de inadequado arsenal analítico para avaliar as conjunturas e isso teve consequências políticas como a de adotar o reformismo afastando o partido do processo de organização das classes dominadas, priorizando um *politicismo* de mudança negociada do regime burgo-ditatorial por uma democracia burguesa. O rebaixamento programático foi contínuo, sem, contudo deixar de pontuar a resistência de militantes que disputavam internamente com a direção os rumos do partido. Um militante histórico que rompe com o partido foi simplesmente Luiz Carlos Prestes, tal como recorda Anita Leocádia Prestes no seu artigo. A autora destaca dois pontos: ativismo de Prestes para quadros do PT e principalmente PDT como os mais consequentes opositores aos governos vigentes; a tese de Prestes acerca da efetividade do poder militar sobre a nascente democracia burguesa a ponto de ser consagrada na constituição de 1988 no seu artigo 142 que prevê as forças armadas como garantidoras da própria constituição o que se configura como uma clara limitação da democracia.

Por fim, Marco Aurélio Santana e Leonilde Servolo de Medeiros analisam as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais. Para ambos, ocorreram lutas e resistências destes atores durante a vigência do regime ditatorial. Segundo Santana, de modo ora mais explícito, ora mais clandestino, trabalhadores urbanos se organizaram e fizeram uso de variados expedientes, como manifestações e greves, e também forte debate, com rachas inclusive, no interior do movimento sindical e organizações de esquerda. O final dos anos 70 tem greves massivas em diversas categorias e se consolidam campos com práticas e concepções distintas no interior do movimento sindical. Já entre os trabalhadores rurais segundo Medeiros, organizações com outra concepção e prática de luta surgiram, como

é o caso do MST. Outro destaque foi o de que a interpretação da lei passou a ser um lugar de disputa e demanda por direitos. E por sua vez, a introdução do tema reforma agrária na constituição de 1988 foi uma conquista, mas com inúmeras limitações dada a ambiguidade do texto e a pouca prática efetiva empreendida pelos governos.

Em suma, é uma obra que aborda temas variados através de artigos qualificados. Os textos reafirmam o caráter de classe do golpe, a política estatal do estado que beneficiou o grande capital e as limitações da democracia burguesa que sucedeu o regime ditatorial. Por tudo isso, vale muito a leitura deste livro, especialmente neste ano que marca a efeméride de 50 anos de infeliz memória do golpe de 1964.